

**ATO Nº 046/2013**

*Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público do Estado do Tocantins, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2013.*

**O SUPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 51/2008, de 02 de janeiro de 2008,

**Considerando** as disposições contidas na Lei Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

**Considerando**, ainda, os princípios que regem a Administração Pública, especialmente o da publicidade;

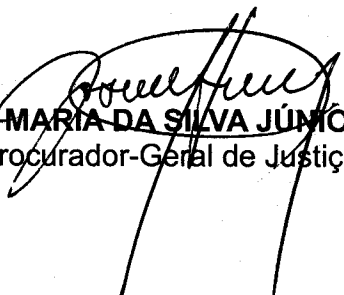
**R E S O L V E :**

**Art. 1º** Aprovar, na forma dos Anexos deste Ato, o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público do Estado do Tocantins relativo ao 1º Quadrimestre de 2013.

**Art. 2º** Disponibilizar o referido Relatório no Diário Oficial do Estado do Tocantins e na página eletrônica da Internet: <http://www.mp.to.gov.br/cint/transparencia/?pg=execucao>, para amplo acesso ao público, em atendimento ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**,  
em Palmas, 22 de maio de 2013.



**JOSE MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO TOCANTINS  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO 2012 A ABRIL 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimas 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	90.018.197,69	0,00
Pessoal Ativo	90.018.197,69	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.253.176,30	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	6.253.176,30	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	83.765.021,39	0,00
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>83.765.021,39</b>	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	5.007.264.143,93
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IVA)*100	1,67
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%	100.145.282,88
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,90%	95.138.018,73
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,80%	90.130.754,59


FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável 070100 PGJ, Data da emissão 16/05/2013 e hora de emissão 08:47

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

  
VERA NILVA ALVIM DE ROCHA LIRA  
Procuradora Geral de Justiça

  
MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA  
Chefe do Departamento Financeiro

  
ULITON DA SILVA BORGES  
Chefe da Assessoria de Controle Interno

  
LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS  
Contador CRC-TO 0002749/0-0



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO 2012 A ABRIL 2013

RS 1,00

LRF, art. 48 - Anexo 7

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	83.765.021,39	1,67
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	100.145.282,88	2
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	95.138.018,73	1,9

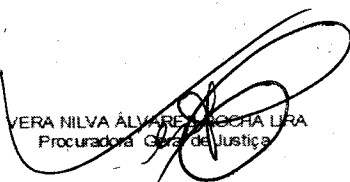
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

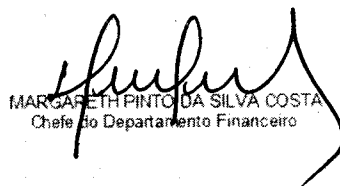
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

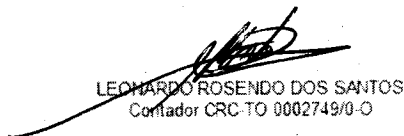
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável 070100 PGJ, Data da emissão 16/05/2013 e hora de emissão 08:47

  
VERA NILVA ALVARES ROCHA LIRA  
Procuradora Geral de Justiça

  
MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA  
Chefe do Departamento Financeiro

  
HILTON DA SILVA BORGES  
Chefe da Assessoria de Controle Interno

  
LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS  
Contador CRC TO 0002749/0-0